

SUMÁRIO

Prefácio	15
----------------	----

■ *Cássio Scarpinella Bueno*

CAPÍTULO 1

Sistema informatizado para a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação: a resolução nº 358/2020 do CNJ e a virtualização do Acesso à Justiça	19
---	-----------

■ *Humberto Dalla Bernardina de Pinho*

1. O Acesso à Justiça e o uso das ferramentas adequadas de solução de conflitos 19
2. A contribuição dos meios virtuais para a resolução de conflitos e a evolução do direito brasileiro 25
3. O protagonismo do CNJ e a edição dos atos normativos necessários à viabilização do acesso à justiça digital no Brasil e da justiça multiportas 31
4. Perspectivas para a resolução adequada de conflitos durante e após a pandemia 35
5. Referências Bibliográficas 39

CAPÍTULO 2

Acesso à Justiça e Interações Consensuais On-Line no Poder Judiciário à Luz da Vulnerabilidade Cibernética	41
---	-----------

■ *Fernanda Tartuce e Débora Brandão*

1. Relevância do tema 42

2. Acesso à Justiça como direito fundamental	42
3. Vulnerabilidade cibernética (digital)	44
4. Ajustes e esclarecimentos sobre as condições para o diálogo on-line	48
5. A importância da comunicação não-verbal em mediações e conciliações e a rudeza do espaço virtual	52
6. O acesso à ordem jurídica justa como direito fundamental nas sessões de mediação on-line	54
7. Considerações finais	57
8. Referências	59

CAPÍTULO 3

O uso da tecnologia blockchain para arquivamento de documentos eletrônicos e negócios probatórios segundo a Lei de Liberdade Econômica

63

■ *Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira*

1. Introdução	64
2. A Lei de Liberdade Econômica e a ampliação do uso do documento eletrônico: armazenamento em meio eletrônico de documentos públicos ou privados	65
3. Documento eletrônico: a questão da segurança e da confiabilidade	68
4. A presunção de autenticidade, integridade e confidencialidade do documento eletrônico certificado no padrão da ICP-Brasil	73
5. A previsão de hipótese típica de negócio jurídico sobre prova	74
6. Blockchain	76
6.1. O que é blockchain?	76
6.2. Segurança e imutabilidade	80
6.3. Transparência	82
6.4. Blockchain como prova atípica	83
6.5. Blockchain como forma de garantir a autoria, integridade e confidencialidade de documento eletrônico ..	87
7. Conclusão	88
8. Referências	89

CAPÍTULO 4**A Governança de Dados como Política Pública: perspectivas da cooperação entre Defensorias e sociedade civil 91**

■ *Bruno Ricardo Bioni, Rafael A. F. Zanatta e Marina Sayuri Kitayama*

1. Introdução	91
2. Políticas Públicas no Sistema de Justiça Brasileiro	94
3. Programas de governança de dados no sistema de justiça: uma política pública de alta complexidade	96
4. Nova Governança e cooperação da sociedade civil em políticas públicas	101
5. Governança de dados, um desafio particular às Defensorias Públicas	104
5.1. Impossibilidade de transplante de matrizes do setor privado	105
5.2. Diferenças estruturais entre Defensorias	109
5.3. Capacitação e papel educacional	111
6. Conclusão	113
7. Bibliografia	115

CAPÍTULO 5**Open Justice: Como O Amplo Acesso a Dados Públicos pode potencializar a Garantia do Acesso À Justiça 119**

■ *Daniel Becker e Frederico Boghossian Torres*

1. Introdução	119
2. Da garantia do acesso à justiça ao “open data”	122
2.1. Princípio do acesso à justiça	123
2.2. O movimento em defesa de dados abertos	127
3. “Open justice”: dados abertos no Poder Judiciário	133
4. Considerações finais	138
5. Bibliografia	141

CAPÍTULO 6**A Internet Enquanto Catalisador do Acesso à Justiça nos Municípios do Interior do Estado do Amazonas 145**■ *Maria Beatriz Rodrigues e Rafael da Silva Menezes*

1. Introdução	145
2. Acesso à internet como direito fundamental	148
3. Internet como elemento catalisador do acesso à Justiça	154
4. Quadro situacional da internet no interior do Amazonas	160
5. Medidas possíveis para melhorar o acesso à justiça no interior do Amazonas através da Internet	168
6. Considerações Finais	173
7. Referências	175
8. Anexo – Questionário	178

CAPÍTULO 7**Acesso à Justiça Digital: Participação, Defesa e Limitações 181**■ *Messi Elmer Vasconcelos Castro*

1. Introdução	181
2. Acesso à Justiça Digital: abordagens iniciais e contextualização ...	184
2.1. Participação Pública como Condição Democrática de Legitimidade da Justiça Digital	186
2.2. O papel da Defesa Pública na contemporaneidade digital	189
3. Intervenções Práticas e Limitações	190
3.1. Possibilidades procedimentais nas audiências criminais por videoconferência	191
3.2. Limites de aplicação: Audiências de Custódia e Sessões Plenárias do Tribunal do Júri	194
4. Considerações Finais	197
5. Referências	199

CAPÍTULO 8**Defensoria Pública e a dispensa do consentimento do usuário para o tratamento de dados: uma análise à luz da LC 132/2009 e da função de educação em direitos 201**■ *Rodrigo Baptista Pacheco*

1. Introdução	201
2. Breve exposição sobre as fases da Defensoria Pública brasileira	203
3. Panorama tecnológico da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o volumoso tratamento de dados	207
4. Base legal do tratamento de dados pela Defensoria Pública e o consentimento do usuário	211
5. Conclusão	222
6. Referências bibliográficas	223

CAPÍTULO 9**Fazendo o Dever de Casa: A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria Pública 225**■ *Beatriz Carvalho de Araujo Cunha*

1. Introdução	225
Os Conceitos de Controlador, Operador e Titular na Defensoria Pública	227
2. O/A Encarregado/a de Proteção de Dados na Defensoria Pública	230
3. Política de Governança de Proteção de Dados Pessoais	236
3.1. Desenhando a Política de Governança	236
3.2. Transparência, Publicização da Política de Privacidade e Exercício dos Direitos pelos Titulares	239
3.3. Plano de Resposta a Incidentes de Segurança	244
3.4. Instituição de uma Política de Gestão Documental	246
4. As Etapas de Conformidade	247

5. Primeiras Orientações para Implementação da LGPD nos Órgãos de Atuação da Defensoria Pública	252
6. Conclusão	259
7. Referências Bibliográficas	261

CAPÍTULO 10

O desenvolvimento de ODRs pela Defensoria Pública como instrumento de inclusão digital, atuação estratégica e ampliação do acesso da população vulnerável à garantia de seus direitos	263
--	------------

■ *Cintia Regina Guedes*

1. Introdução: alguns desafios atuais do acesso à justiça	263
2. O incremento no uso de ferramentas tecnológicas pela Defensoria Pública e a resolução de conflitos	267
3. As ODRs (<i>Online Dispute Resolution</i>)	269
4. Os riscos decorrentes do uso das ODRs: nudging digital, assimetria de informações e o uso da tecnologia para aprofundar a desigualdade entre os litigantes	273
5. A necessidade de desenvolvimento de ODRs pela Defensoria e a sua adaptação à população hipossuficiente: possibilidades, vantagens e desafios	278
6. Conclusão	288
7. Referências Bibliográficas	289

CAPÍTULO 11

A Defensoria Pública e a vulnerabilidade como obstáculo de acesso à justiça: da 1ª à tecnológica 6ª Onda de Acesso – reflexões sobre Vulnerabilidade Eletrônica e Exclusão Digital	291
---	------------

■ *Maurilio Casas Maia*

1. Introdução	291
2. A Defensoria Pública enquanto instituição “multiondas” de acesso à justiça e a influência do solidarismo jurídico	293
2.1. Primeira onda: a remoção de óbices econômicos	298

2.2. Segunda onda: remoção de obstáculos organizacionais (Justiça Coletiva)	298
2.3. Terceira onda: removendo obstáculos burocráticos e procedimentais	304
2.4. Quarta onda: a remoção de óbices ético-político e informacionais	308
2.5. Quinta onda: removendo óbices intraestatais	311
2.6. Sexta onda renovatória de acesso à Justiça: removendo obstáculos tecnológicos	313
2.6.1. Sobre os excluídos digitais e vulneráveis eletrônicos	314
3. Conclusões	325
4. Referências	327

CAPÍTULO 12

Vulnerabilidade Digital: conceito e dimensões estruturantes	335
--	------------

■ *Júlio Camargo de Azevedo*

1. Introdução	335
2. Vulnerabilidade: extensão e compreensão do termo	336
2.1. Vulnerabilidade natural x vulnerabilidade social	339
2.2. O conceito jurídico de vulnerabilidade	340
2.3. Elementos tipificadores	341
3. Vulnerabilidade digital	342
3.1. Conceito	342
3.2. Delimitação da análise e recorte proposto	345
3.3. Dimensões estruturantes	347
3.3.1. Vulnerabilidade tecnológica	347
3.3.2. Vulnerabilidade técnica	354
3.3.3. Vulnerabilidade informacional	359
3.3.4. Vulnerabilidade algorítmica	364
3.3.5. Vulnerabilidade neural	373

4. Conclusão	376
5. Bibliografia	378
Posfácio	385
■ <i>Alfredo Emanuel Farias de Oliveira</i>	
Sobre os autores	391